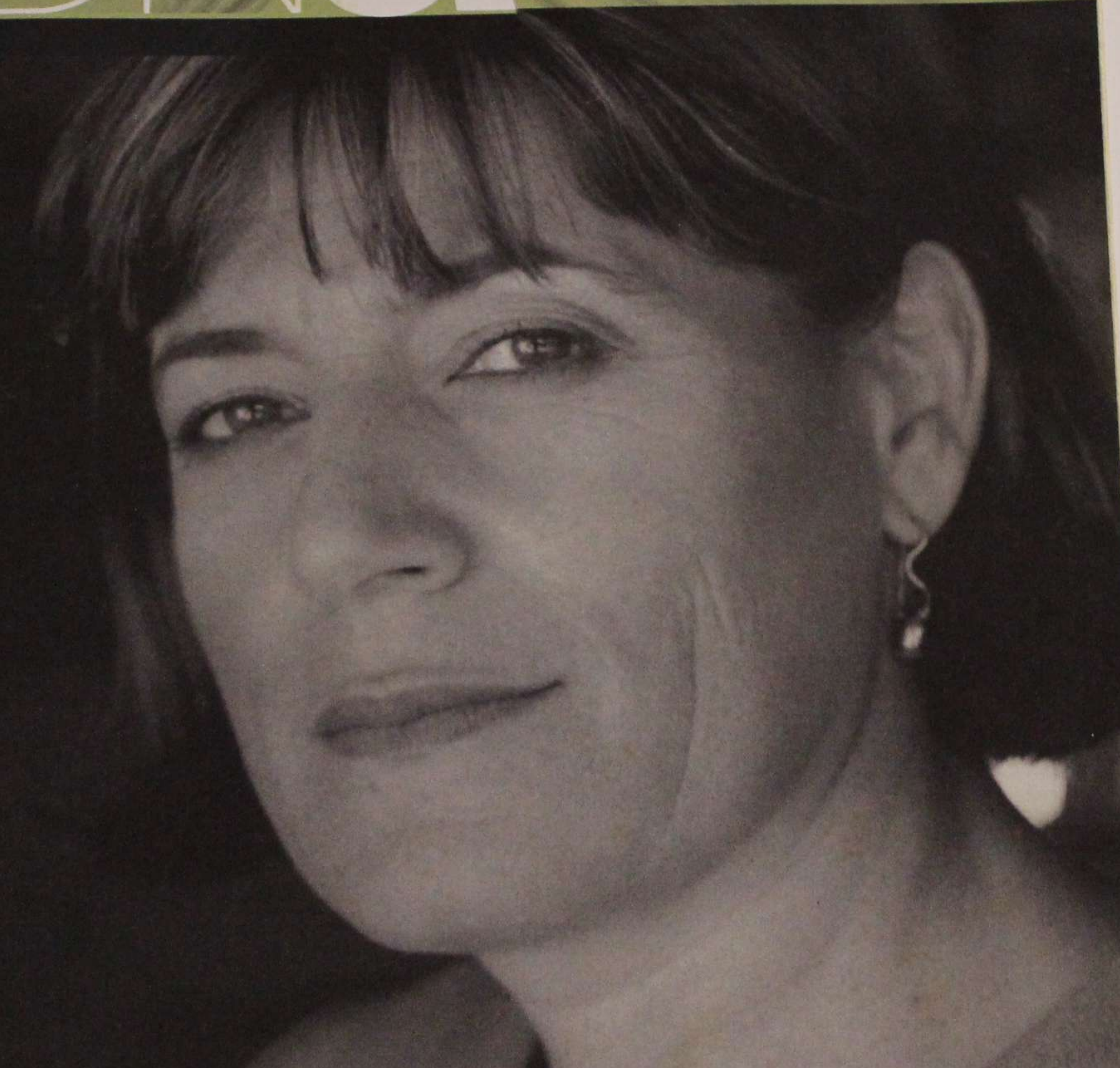


SABADO - Nº 136
24 DE JUNHO DE 2000

DNa

PRÉ-PUBLICAÇÃO: COISAS COM HISTÓRIA ■ DESTACÁVEL: ESPECIAL SONS ■ MODA: CABELOS, MARCA DE PERSONALIDADE ■



Esta mulher é a nossa em-
baixadora para a Liberdade.
Chama-se Ana Gomes. Timor
está-lhe grato e reconhecido

DN Entrevista

Ana Gomes

*«Luto muito pelas coisas porque
tenho brio. E depois, como costum
o dizer, acho que tenho sorte:
estou sempre nos sítios onde a
bola vai cair»*

Andavam as milícias desembestadas por
Timor e ela com o fogo na voz caiu co-
mo fósforo no rastilho da angústia na-
cional, que varreu o país para as ruas de
ponto em branco, nos carros, nas jane-
las, nos corpos. Mais a sério do que a
selecção, Timor restaurou a fé na força
das causas e, por uma vez, teve uma
voz à altura da unanimidade. A dela

ENTREVISTA DE TERESA MAIA E CARMO
FOTOGRAFIAS DE AUGUSTO BRAZIO

Há um quadradinho da Mafalda cristalino quanto ao que os homens pensam das mulheres em cargos políticos. Está a Suzaninha atrás da sua imponente secretária de presidenta pendurada no telefone «estive agora a falar com o Clinton, e sabes lá...!». Desde o tempos do liceu que Ana Gomes revela a tempera dos que lutam contra clichés e se batem pelo que acreditam com unhas (mesmo que roídas...) e dentes. Menina rabina, pintava paredes e fazia discursos galvanizadores às massas do alto do seu célebre rabo-de-cavalo, ao lado de Garcia Pereira, Durão Barroso e tantos outros dos idos do MRPP. Depois foi somando êxitos profissionais desde que pôs o pé na carreira di-

plomática, em primeiro lugar em 80, quando entrou, em primeiro lugar em 94, no concurso para Conselheira. A mistura com os reveses próprios de 46 anos de uma portuguesa cidadã do mundo que já correu as sete partidas do globo. Conselheira diplomática de Eanes de 82 a 86, depois Genève, na comissão de Direitos Humanos da ONU, recambiada para Tóquio de castigo, Londres, Lisboa, no gabinete de Assuntos Especiais, mais tarde chefe de gabinete do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, Nova Iorque, Conselho de Segurança da ONU. Em tudo uma linha constante: Timor Leste. Causa, coração, cabeça e tudo. Na casa dos seus sonhos, uma ilha de calma ali para o Cabo da Roca, responde a tudo alternando entre a resposta sabida e o destempero sincero, por exemplo quando se refere ao marido, o Em-



Ana Gomes

baixador António Franco, chefe da Casa Civil da Presidência. Um ano depois dos tempos de cólera, acaba de ser condecorada com a mais alta distinção da nação e já provocou polémica. Fala sete línguas a senhora Embaixadora, bahasa indonésio e japonês se for preciso, saiam-lhe da frente.

Comecemos pelo que as pessoas mais conhecem de si: Timor. Fez alguma diferença ter sido uma mulher a estar no centro de um conflito tão emocional para o país?

— Não acho que tenha sido decisivo. Mas pode ter feito alguma diferença, porque talvez eu como mulher seja mais emocional ou tenha menor capacidade de disfarçar as emoções fortes que o tema me suscitava. De qualquer forma, trouxe para a diplomacia um estilo completamente atípico relativamente ao que temos por adquirido dessa disciplina: discrição, moderação nas palavras, algum cinismo. O seu uso — não direi imoderado — mas certo das palavras nunca a fez temer pelo sucesso do processo negocial? Não teve medo de ser expulsa da Indonésia, por exemplo?

— Há alguns clichés relativos à minha profissão que só em parte correspondem à verdade. Porque a diplomacia também é isso que diz: a contenção, a atenção à forma, a discrição. Mas há outras maneiras de a fazer — depende das necessidades. Para dar um exemplo português, o antigo Ministro Franco Nogueira (e estou à vontade para o citar porque não concordava com o que defendia) teve uma actuação ultramarina semelhante à que a diplomacia portuguesa teve agora em relação a Timor. Havia uma convicção — profunda — havia toda uma emoção... e havia uma militância. Num perfil também muito diferente do que era habitual. Quanto à sua pergunta propriamente...
Medo que houvesse um retrocesso nas negociações.

— No dia em que iniciei a minha viagem para Jacarta, de manhã ainda estive nas negociações de Nova Iorque. Por acaso esse dia coincide com uma enorme viragem que é aquele anúncio do presidente Habibie de 27 de Janeiro, a hipótese da «segunda opção» — que surpreende toda a gente! A nós, mas também a delegação indonésia. Depois estive sempre estreitamente em contacto, quer com Lisboa quer com a equipa de NY. Portanto, tudo o que disse e fiz nessa altura, por muito que parecesse heterodoxo, era perfeitamente calibrado com a total informação que ia tendo do que estava a passar-se no plano negocial.

Esteve muito perto de ser declarada «persona non grata» na Indonésia pouco depois disso.

— Fui objecto de um comunicado de imprensa do porta-voz das forças armadas. Nessa altura pensei «bom, se calhar vou ter de fazer as malinhas». Mas também pensei: «isto vem de um sector de onde sai a violência que estamos a viver, é uma atitude que boicota claramente os objectivos das próprias autoridades políticas indonésias, com quem estamos a dialogar».

Chegou a chamar «bandos de rufias e malfeteiros» às milícias pró-Indonésias, a acusar a comunidade internacional de «passividade criminal».

— Chamei isso não aos indonésios, mas às milícias, atenção. E eram! Talvez não seja comum aqui em Portugal, porque talvez a gente não tenha tido uma situação tão extrema como esta, em que tinha que mobilizar a comunidade internacional a nosso favor, porque sozinhos não podíamos fazer nada. Mas se for para a ONU, quando estão em discussão os pontos mais

«Vejo aí umas pessoas completamente obceçadas com a questão da justiça... calma! É importante, sem dúvida, mas os timorenses sabem melhor. E saberão dar-lhe a devida prioridade. Até porque é extremamente moralista e... convém começar por casa. Não me esqueço que em relação aos nossos criminosos de Direitos Humanos, nunca vi cá julgamentos nenhuns. Não é?»

quentes do Globo, ouve as partes envolvidas usarem linguagem como esta ou muito pior!

Na altura, Jacarta não era um vespeiro? Teve a solidariedade da comunidade diplomática local?

— Jacarta nunca foi para mim um vespeiro. Quando fui para lá não sabia bem o que iria encontrar. Mas sabia que havia muitos indonésios solidários. E gente que, não sendo apoiante, queria a abertura do regime e compreendia que Timor era um erro e um peso para o próprio povo indonésio, a sua imagem internacional. Também sabia que não ia à partida para uma situação fácil. Inclusive em aspectos logísticos, foi preciso montar tudo a partir do nada. Estabelecemos logo contactos pedindo apoios diversos, tão comecinhos como este: não tínhamos serviço de Imprensa e pedimos imediatamente às embaixadas inglesa e americana que nos mandassem os «clippings» que faziam diariamente. Mas sabia que interesse em que nós lá estivéssemos.

O seu adversário mais temível era Ali Alatas? Considerado um movimento vivo ao cinismo pela generalidade dos portugueses, já a ouvi elogiar-lo muito.

— Chegámos no dia 30 de Janeiro. A 2 de Fevereiro o ministro Ali Alatas recebeu-me. O nosso Minis-

tro também recebeu aqui imediatamente os meus colegas. Devo dizer que o Ministro Ali Alatas — um diplomata de carreira — é indubitavelmente um grande profissional, de inteligência superior. Manteve sempre connosco uma atitude perfeitamente correcta, de grande cooperação. Agora... servia a causa errada! Poderemos também aqui fazer a comparação com o Dr. Franco Nogueira: uma pessoa de muito valor que, no entanto, defendeu uma causa condenada. Na altura de que falou, em que terão havido pressões de certos quadrantes para se verem livres de nós — tenho a certeza que foi do sector diplomático que vieram vozes de consenso. Não significa que em certas alturas não tivéssemos ficado exasperados com as posições dele! Depois do triste Abril de Liquiçá, passou-lhe pela cabeça que viesse aí aquele Setembro?

— Passou, passou. Sempre. Havia partes naquele conflito que nunca aceitaram a consulta — quanto mais a hipótese de a perderem!... À medida que o processo ia decorrendo mais nós percebíamos — os Timorenses melhor que ninguém — que ia haver uma terrível confrontação... acontecesse o que acontecesse, rível confrontação... acontecesse o que acontecesse, não sabíamos era qual a extensão. Mas tinha que ser...era o preço a pagar! E a escolha não foi feita por nós, portugueses, mas por Xanana e pelo povo timorense! Prova disso foi a extraordinária adesão ao regime, apesar da intimidação. Quando se pôs a hipótese de voltar a adiar a consulta todas as fontes timorenses nos diziam: «Não! É agora ou nunca». Estavam dispostas a pagar esse preço.

Nem por uma vez fala da sua angústia no processo.

— Era a angústia de todos nós! Houve momentos terríveis. Lembro-me de um dos piores: a morte do filho do sr. Manuel Carrascalão. Eu estava em Jacarta muito bem, à beira da piscina, era fim de semana e comecei a receber telefonemas a dizer que estava a haver um ataque a casa dele. Falei com o miúdo, telefonei para lá, etc... Isso foi um horror. Sobretudo a minha impotência, o que se pode fazer?!... Pouco depois disso houve também uma tentativa de assalto à casa do dr. Aniceto Guterres, dirigente da Associação de Direitos Humanos...

Tinha muitos apelos lancinantes como esse?

— Permanentemente. Neste caso concreto, liguei para o Hotel Turismo, onde sabia que estavam jornalistas estrangeiros — e disse «Chamem-me aí os jornalistas!», vão a correr para casa do Aniceto que tem a casa cercada. E talvez tenha impedido esse assalto. Houve outros momentos duros, com um misto de felicidade e tristeza. Quando Xanana Gusmão foi libertado, a 7 de Setembro — no sítio onde ia ser a cerimónia eu tenho uma chamada do bispo Belo a dizer «Tenho a casa cercada! Tenho aqui 5000 pessoas, vão-me atacar isto!...». Ficámos num estado absolutamente terrível, dividido. Ainda, logo a seguir ao 4 de Setembro, houve dias de facto terríveis, com aquela cascata de notícias de que toda a gente tinha sido morta. Lembro-me de uma grande aflição, quando soubemos que dois jornalistas portugueses (a Anabela Góis da RR e o Manuel Acácio da TSF) tinham saído de um sítio para outro e nunca mais tinham aparecido... Sim, houve «n» momentos...

Sabendo que acompanha o dossier de Timor há cerca de duas décadas, imagino o que tenha sentido da primeira vez que pisou Dili.

— Foi uma emoção... incrível. Eu e o meu colega Afonso Malheiro estávamos ainda dentro do avião e mal ele pousou, dêmos assim uma palmada na mão um do outro: «we did it!». Hoje mantenho relações muito intensas e fraternais com personalidades timorenses. Os bispos Belo e Nascimento; é um facto que com Xanana é especial. Outra emoção foi também agora voltar a Dili, em Abril último, depois do referendo. Xanana e a sua mulher fizeram questão que eu passasse a noite em casa deles e assim aconteceu. Vim muito animada porque, justamente, tenho o termo de comparação com o passado.

Quanto à reconstrução, há uma canção do Sérgio Godinho que diz que «só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde, educação». Como vai ser o controlo do petróleo, por exemplo?

— Como lhe digo, sai de lá este Abril, muito animada. Lia a imprensa portuguesa todos os dias (grças à Internet e à RTPi, que tenho sempre ligada no meu gabinete) com todas as críticas. Mas vi uma ac-



«Fartei-me de pintar paredes! Era uma questão de uma pessoa vencer o seu medo, superar as suas próprias capacidades. Ainda hoje passo nalguns sítios e vejo paredes que eu própria pintei... Ah sim, não troco essa experiência por nada»

tividade económica já clara, lojas, o mercado a funcionar, obras, e tive a percepção de que se um mês mais tarde lá fosse muito mais veria. Dili é um microcosmos, porque uma grande parte da população desempregada está lá concentrada. Mas se formos ao campo é bem diferente. Já há arroz em breve a ser colhido, há milho cultivado por todo o lado — as pessoas não estão a viver pior do que antes, mas estão a cultivar como nunca, porque estão em paz, não têm de se esconder. As dificuldades são enormes, sei, mas hão-de se ir resolvendo, estou confiante.
Como define o povo indonésio?

— É um povo extraordinariamente simpático, afável, acolhedor. Mas criou-se um maniqueísmo aqui: tudo o que era indonésio era horrível, feio, porco — reacção completamente idiota, embora eventualmente natural. Mas estúpida. Nem eu nem os meus colegas, nunca tivemos de esconder que somos portugueses — Porque? Porque a Indonésia tem uma me-

mória histórica de Portugal muito positiva: fomos os primeiros europeus a chegar lá e não fomos colonizadores deles. Vê-se até pela língua: há uma série de palavras que são portuguesas! Por exemplo «mesa», dizem «meja»; sapato, bandeira, «jandela», «leimai» (armário), manteiga, cola, «greija» (igreja). Nós, por causa destes 25 anos de afastamento, temos um enorme défice de informação histórica do que é a Indonésia e das nossas relações históricas com ela.
Gosta de lá viver?
— Costo.
Encontrou a casa dos seus sonhos? Diz-se que tem um talento especial para procurar casas e uma obstinação hercúlea para as encontrar, do género «hoje tenho 70 casas para vender».
— Nesta vida diplomática onde andamos sempre a mudar... para mim é fundamental sentir-me bem. Onde quer que esteja, ter uma casa simpática, acolhedora, é vital. Por isso me dou ao trabalho. A que tenho

agora é um apartamento, muito bom, solução mais fácil que não implica um batalhão de funcionários. Tudo o que tenho é de lá — à excepção dos tapetes de Arraiolos, de que nunca prescindo! Além disso, só as lojas são portuguesas. Fiz questão de, além do serviço oficial, ter outro (ambos Vista Alegre), particularmente significativo da relação entre Portugal e a Indonésia: o «Samatra».

Em 1972 entra para Direito e é logo contaminada pelos ânimos da época. Liga-se aos CLAC (Comitês de Luta Anti-Colonial), adere ao MRPP e torna-se uma agitadora.

— Eu nessa altura nem sabia o que era o MRPP. Entrei para a Faculdade cheia de vontade de fazer política a sério, contra o regime. Estávamos numa altura terrível, com a guerra colonial e para mim, mais do que estudar, a prioridade era contribuir para a queda do regime. Lembro-me perfeitamente: entrei na Universidade e fui logo à cantina à procura de saber «quem são os tipos que mexem».

Também era uma «menina rabina»? Andou a pintar paredes?

— Fartei-me de pintar paredes! Era uma questão de uma pessoa vencer o medo, superar as suas próprias capacidades. Ainda hoje passo nalguns sítios e vejo paredes que eu própria pintei... Ah sim, não troco essa experiência por nada. Ainda há dias vi o Garcia Pereira e fizemo-nos uma grande festa.

Entretanto, afasta-se por causa de um caso de tortura praticada por elementos do MRPP sobre Marcelino da Mata e Carlos Veloso.

— Fui eleita para a Associação no 1.º ano, e, depois do 25 de Abril, para a direcção da Associação da Faculdade, como pessoas como o Garcia Pereira e o Durão Barroso — que então surge, é mais novo que eu um ano. Foi aí que comecei a ver grandes contradições entre a teoria e a prática. Apercebi-me que havia ali uma dose de fundamentalismo desligado da realidade portuguesa. Isso foi instilando em mim a ideia de me afastar.

Mas que tipo de tortura e porquê? A minha geração custa perceber que depois do 25 de Abril ainda se fizessem essas coisas.

— Tortura mesmo! Interrogatório, pancadaria, cárcere privado e sei lá mais quê, para lhes tentar extrair confissões de que eram uns terríveis colaboradores da Pide. E a mim chocou-me. Profundamente. Foi a gota de me afastar.

Parece ter sido uma altura da sua vida em que repensa muita coisa. Pelas minhas contas demora sete anos a acabar o curso. É suspensa até ao 25 de Abril e depois vai trabalhar. Entretanto casa muito nova, tem uma filha... É verdade que levava a Joana para as manifestações?

— É! Eu tinha 21 anos. Antes do 25 de Abril, ainda, eu trabalho num restaurante, «O Caldeiro», dirigido por uma querida senhora, a actriz Maria José, mãe da Rita Ribeiro, que também lá trabalhava, a Guida Maria e outras pessoas do MRPP, a Violante, filha do Saramago Matos...

Isso não era um restaurante, era um local de conspiração estudantil!

— Não... era, era! E todas as empregadas eram estudantes, por isso era atractivo. Como não tínhamos quaisquer escrúpulos em fazer qualquer tipo de trabalho, todo o trabalho era honrado, era óptimo! Mais tarde trabalhei como secretária; tinha uma bebé, o meu marido estava na tropa ou a começar na advocacia e sem dinheiro nenhum, era indispensável que eu trabalhasse. Como sempre tive gosto pelas línguas e falava bem o francês e o inglês, respondi a um anúncio de jornal, do Diário de Notícias, por acaso. E trabalhei muito bem, durante dois ou três anos. Entretanto, formei-me...

É uma mulher num mundo de homens. Quantas Embaixadoras portuguesas há?

— Neste momento, três. De carreira. Já houve mais duas. Mas não acho que seja um mundo muito masculino. Ainda há uma maioria de homens mas está a alterar-se. As mulheres eram proibidas de entrar para a diplomacia até ao 25 de Abril. Recuperámos muitíssimo bem. Há tão poucas mulheres Embaixadoras? É natural, é uma regra da carreira: ela faz-se pela progressão e só agora é que as mais antigas chegam a esse nível. Daqui a 10 anos vai haver muito mais.

Pensa-se que a vida dos diplomatas é feita de jan-

